

<b>MEMÓRIA DA 13ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS CTGI - GESTÃO 2019-2021</b>		
<b>DATA:</b> 19/11/2019	<b>HORÁRIO:</b> 09h	<b>LOCAL:</b> FABHAT

<b>LISTA DE PRESENÇA – CTGI (19/11)</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>
CETESB	Gilson Guimarães
DAEE	Josué Marcos Barranco
SABESP	Lara Dias
PM de Suzano	Natacha Nakamura
PM de Biritiba Mirim	Adolfo José Ribeiro de Almeida
UFABC	Camila C. Arantes
<b>CONVIDADOS</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Nome</b>
APU	Amauri Pollachi
CETESB	Lilian Peres
FABHAT	Hélio Suleiman
FABHAT/Secretaria Executiva	Ana Sedlacek
FABHAT/Secretaria Executiva	Larissa Cristina Silva
FABHAT	Valburg de Sousa
FABHAT	Beatriz Vilera
<b>AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS</b>	
SIMA	Laura Stela

## **ASSUNTOS DISCUTIDOS**

Camila Arantes (UFABC), coordenadora da CTGI, iniciou a reunião às 9h40 e agradeceu a presença de todos. Informou que a pauta era referente à aprovação das memórias desde a 5ª Reunião da CTGI, apresentação do Amauri sobre aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos em Áreas de Mananciais da Bacia do Alto Tietê e discussão sobre a utilização das subcontas em APRM's.

### **1. APROVAÇÃO DAS MEMÓRIAS**

Todas as memórias foram apresentadas pela Larissa (FABHAT), que acrescentou as sugestões levantadas pelos membros da Câmara.

### **2. APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE AMAURI POLLACHI SOBRE APLICAÇÃO DO FEHIDRO EM ÁREAS DE MANANCIAIS DA BACIA DO ALTO TIETÊ**

**PROCESSO FEHIDRO:**

O primeiro tema abordado por Amauri foi sobre o funcionamento do sistema simplificado do processo FEHIDRO, e explicou que o Comitê tem responsabilidade na primeira e última etapa:

1. Análise e hierarquização dos empreendimentos;
2. Acompanhamento dos resultados.

Em seguida apresentou as fontes principais de recursos:

1. **Compensação Financeira:** CFURH + Royalties de Itaipu (que são distribuídos em 9 Estados); explica que desse recurso, 70% é FEHIDRO e 30% é FEAP;
2. **Cobrança pelo uso dos recursos hídricos:** informa que a cobrança aos usuários rurais ainda não foi regulamentada e que o valor cobrado atualmente dos usuários urbanos e industriais é baixo, o que gera pouco estímulo para racionalização do uso.

#### COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ:

Em um contexto histórico, Amauri apresentou que foram elaborados três planos de bacia: 2002, 2009 e 2018. Porém, que somente o último teve um olhar mais abrangente em relação às áreas de mananciais para ações institucionais, de gestão, obras e serviços; como exemplo, o financiamento de obras de saneamento em áreas ocupadas.

Além disso, informou que o CBH-AT tem obrigação de destinar, no mínimo, 50% do recurso da cobrança para conservação, proteção e recuperação das áreas de mananciais.

#### Comparações:

##### Quantidade de Projetos Aprovados X Valor Financiado (por segmento):

Segmento	Projetos aprovados	Valor financiado
Estado	17%	58%
Municípios	43%	26%
Sociedade Civil	40%	16%

Laura Stela (SIMA) inferiu que possivelmente a diferença entre a quantidade de projetos e valor financiado para o Estado ocorre devido à tipologia, pois o Estado realiza muito mais obras, o que demanda um valor maior de investimento. Amauri concorda com o seu apontamento.

Nesse momento, Amauri criticou o sistema de cadastramento de projetos do FEHIDRO, que classifica as Agências de Bacia como sociedade civil, o que para ele deveria ter uma categoria à parte. E que na análise, muitos dos projetos da sociedade civil são na verdade da FABHAT.

##### Valor Aprovado em Áreas de Mananciais

	Fora de Áreas de Mananciais	Dentro de Áreas de Mananciais
Valor Aprovado (%)	65,7%	34,3%

##### Redução média: Valores Pleiteados x Valores Aprovados

	Fora de Áreas de Mananciais	Dentro de Áreas de Mananciais
Redução média entre valor pleiteado e aprovado	33%	18%

Lilian Peres (CETESB) questionou se a redução da média entre os valores pleiteados e aprovados se refere à projetos cancelados durante o processo ou à diminuição de valor financiado de um mesmo empreendimento. Amauri respondeu que contempla os dois casos e esclareceu que é somente uma visão geral do quanto é indicado e pleiteado, demonstrando a quebra de expectativa e que intenção dessa comparação não é demonstrar o motivo da redução.

Josué (DAEE) perguntou a quantidade de projetos cancelados por segmento. Amauri informa que os dados estão no trabalho escrito da sua tese, pois não havia colocado na apresentação.

Amauri mostrou sua análise sobre a aplicação de recurso FEHIDRO nos municípios situados dentro da BAT. De acordo com ele, dos 235 empreendimentos indicados no período analisado na dissertação (2007-2018), 137 eram de municípios, sendo que 4 municípios não tiveram qualquer indicação e 8 municípios tiveram apenas 1 indicação.

Beatriz Vilera (FABHAT) perguntou sobre como foi realizada a separação dos projetos que cabiam aos municípios e os que não. Amauri explicou que identificou um a um.

Amauri apresentou que dos 99 empreendimentos indicados em áreas de mananciais, 45 foram cancelados e apenas 19 estão concluídos. Também criticou que, na maioria dos casos, não houve divulgação ao CBH-AT dos resultados obtidos e que as informações sobre os produtos dos empreendimentos é de difícil acesso pelo cidadão.

Expôs as classificações adotadas para avaliação da eficácia para a proteção dos mananciais da BAT, considerando os produtos finais de projetos dados como concluídos:

- **Nula ou de difícil comprovação:** 12 empreendimentos;
- **A comprovar continuidade ou abrangência:** 4 empreendimentos;
- **Existente e comprovada:** 3 empreendimentos.

Lilian questionou o que representa “nulo” e alegou que não achar o produto na internet, não significa que o produto não exista. Amauri esclarece que são resultados de projetos que ele não conseguiu encontrar, portanto, de difícil comprovação.

Beatriz perguntou como Amauri realizou essa pesquisa e se ele procurou os respectivos agentes técnicos para buscar os resultados. Amauri explicou que utilizou somente sites disponíveis ao acesso do cidadão e que não foi atrás de agentes técnicos nem de proponentes tomadores.

Adolfo José (PM de Biritiba Mirim) inferiu que o acompanhamento do agente técnico sobre o empreendimento carece de publicidade. Natacha acrescentou que falta uma plataforma para unir as informações.

Camila sugeriu a elaboração de uma Deliberação do Comitê nomeando os projetos concluídos e solicitando os relatórios finais de cada um.

Beatriz esclareceu alguns pontos sobre o assunto:

- A apresentação de produtos finais já é uma obrigação prevista no Manual de Investimento do FEHIDRO e que não teria a necessidade da Deliberação;
- A Secretaria Executiva do Comitê entrou em contato com os Agentes Técnicos e alguns tomadores solicitando os produtos ou relatórios finais de todos os empreendimentos concluídos, porém, ainda não recebemos de todos. Após, serão incluídos no site do CBH-AT.

Amauri concluiu sua apresentação, destacando:

- ✓ Importância das ações integradas, sugerindo ao Comitê gerenciar os projetos de distintas categorias para a composição de uma ação integrada dentro da bacia;
- ✓ Necessidade de maior transparência e fácil acesso aos produtos finais de empreendimentos para uma análise do Comitê sobre os resultados reais de cada um;
- ✓ Grau de eficiência bastante baixo do processo do FEHIDRO, com apenas 0,4% de financiamentos com efeitos positivamente comprovados em áreas de mananciais, considerando o valor total aprovado durante o estudo (235 empreendimentos).

Beatriz comentou que os Planos de Bacia anteriores não priorizavam as áreas de mananciais e que a obrigatoriedade de investir 50% nas áreas de mananciais veio da Lei da cobrança (12.183/2005), portanto, a análise desde 2007 fica “prejudicada” e sugere que a avaliação seja realizada a partir da implementação da cobrança.

Diante disso, Camila frisou a importância de considerar a apresentação realizada por Amauri para a elaboração da Deliberação de Critérios para 2020.

Beatriz se prontificou a analisar os 19 empreendimentos concluídos apontados pelo Amauri, verificar se a Secretaria Executiva já tem o produto e, em caso negativo, solicitar ao tomador. E solicitar à Prefeitura de Mairiporã a apresentação do resultado do empreendimento “Estudo para criação do Parque do Olho D’Água”, primeiro empreendimento concluído com recurso da cobrança.

### **3. DISCUSSÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS SUBCONTAS EM APRM’S**

É proposto o envio de carta ou ofício de convite a um representante de cada município para participar dessa discussão.

Porém, Amauri pontua que o Comitê já possui representações do município e que isso não seria necessário. Adolfo acrescenta que as representações são muito rotativas e que as informações trabalhadas nos comitês não são passadas de uma gestão para outra dentro do município.

Outra discussão foi sobre ações de investimentos e custeio em relação à destinação de recursos. E também sobre a elaboração de um programa envolvendo as APRM’s ou vários projetos distintos.

Essa discussão não chegou a um consentimento, e Beatriz sugeriu marcar uma reunião juntamente com o Rui Brasil para ter um direcionamento melhor sobre as possibilidades.

Todos concordam que é importante a realização da reunião conjunta.

### **4. ENCAMINHAMENTOS**

- ✓ Levantamento pela Secretaria Executiva dos produtos finais dos 19 empreendimentos concluídos apontados pelo Amauri em áreas de mananciais.

A reunião se encerrou às 13 horas.